

O exame das palavras

Feito o balanço do exercício que dominou o “inverno do nosso descontentamento”, centrado na retórica da campanha presidencial, a situação líquida já apurada remete-nos para a reflexão de um reputado mestre das Ciências Sociais, Pierre Bourdieu (em «O Poder Simbólico»), como preparação para o complicado “exame” das palavras proferidas pelos protagonistas.

“O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”.

“A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, têm em vista impor a legitimidade da sua doutrinação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes *por acréscimo*”.

Sendo as palavras uma emanação dos pensamentos, o “exame” não será fácil para quem, não julgando bastante interpretar contabilisticamente os números do “balanço” (saber quem ganhou e quem perdeu) considerar também que eles podem ser sinais do estado anímico de um país que perdeu a esperança em personalidades carismáticas e pode estar permeável a uma desagregação das energias restauradoras.

Foi um facto, face ao que a maioria dos votantes se eximiu de manifestar o seu sentimento, abstendo-se ou votando em branco. E os que votaram revelaram tal dispersão de convicções, que o mínimo que se pode inferir é que nenhum dos candidatos à presidência da República inspirou à generalidade dos portugueses a plena representação do “poder simbólico” que é, no dizer de Bourdieu, “um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce um crédito com que ele o acredita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança”.

Todos os actores prometeram restaurar as esperanças de um país em crise, para uns defrontando os avatares de uma Europa também em crise, mas imaginando-a passageira, para outros um Portugal gerido por um governo incapaz de reconhecer e explorar as potencialidades nacionais, que significam ora pelo aproveitamento da terra, do clima e do mar, ora pela capacidade de resiliência do povo.

Mas o “exame” das palavras (*flatus vocis*) não poderá deixar de ter em conta a interdisciplinaridade no julgamento, de tal modo se misturam preposições da História, da Sociologia, da Antropologia, da Economia, da Psicologia e, convenhamos, da Psicanálise – esta, para ajudar a entender por que os profissionais da economia e da política, que vão sendo os regentes da retórica, continuam a rever-se no espelho de Narciso...

Parece, pois, que é altura de mudar o azimute cultural de dirigentes e dirigidos, convocando, como que em último recurso, o patamar mais elevado do conhecimento (a Universidade), para que, parafraseando António Nóvoa numa recente entrevista ao «Jornal de Letras», não sejam sempre os mesmos cronistas e *opinion makers* a falar sobre tudo e mais alguma coisa, sem a independência de pensamento que a autonomia universitária concede, para, como centro autónomo de cultura, assumir a responsabilidade do estudo metódico dos problemas nacionais.

O reitor da Universidade de Lisboa, especialista na área da Educação, é realista e desaprova a simples lógica departamental do ensino universitário, defendendo como “diferença” a necessidade de “nos tornarmos mais interventivos, escrever mais, participar mais. (...) As universidades deixaram-se resvalar para uma situação de máquinas de triturar o tempo das pessoas, quase incapaz de produzir reflexão válida fora do seu campus. Nós, universitários, temos de nos consciencializar que temos de nos proteger mais para que venhamos a ser mais fortes”. Mas proteger, também e sobretudo, das insularidades conventuais e das seduções dos falanstérios... Iríamos mais longe na incumbência das responsabilidades investidas contra o *statu quo* e o *laissez faire*, *laissez passer* chamando à colação a escola básica, porque é nesta que se inicia o Cidadão e o Patriota e onde se deve assumir (por vezes defrontando a Família e a Rua) que instruir sem educar, dificilmente produzirá Homens de corpo inteiro.

A “crença na legitimidade das palavras” pronunciadas durante a recente campanha eleitoral foi posta à prova. O próximo “exame” dir-nos-á, como Eça de Queiroz, que “a alma de um povo define-se bem a si mesma pelos heróis que ela escolhe para amar e para cercar de lenda”. Ou não...

Leonel Cosme